

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 9.538 - DF (2019/0381738-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : WELLISON NEVES DOS SANTOS
REQUERENTE : PAULO ALEXANDRE CORREIA DE VASCONCELOS
REQUERENTE : CARLOS RODRIGO CORREIA DE VASCONCELOS
ADVOGADO : CARLOS RODRIGO CORREIA DE VASCONCELOS E
OUTRO(S) - RO002918
REQUERIDO : UNIÃO
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de requisição de pagamento oriunda da ExeMS 10.438/DF (2008/0073588-0), expedida em favor de WELLISON NEVES DOS SANTOS, PAULO ALEXANDRE CORREIA DE VASCONCELOS e CARLOS RODRIGO CORREIA DE VASCONCELOS, estes beneficiários de destaque de honorários advocatícios.

Intimada acerca de regularidade formal, a parte requerida não se opôs. Informou, porém, que requereu nos autos principais o decote/abatimento dos honorários sucumbenciais fixados em seu favor quando do pagamento da requisição.

Em parecer, o Ministério Público Federal opinou pelo cumprimento da ordem requisitória.

É o relatório. Decido.

O caso dos autos se enquadra na hipótese do art. 11 da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014, uma vez que demanda apreciação jurídica a ser dirimida perante o juiz da execução.

Diante do exposto, e considerando a concordância manifestada em relação à regularidade formal, **determino o pagamento** desta requisição **com bloqueio parcial** relativo aos honorários sucumbenciais até ulterior definição pelo juízo da execução, condicionado à existência de dotação orçamentária, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 13, I c/c o art. 11, ambos da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente